**PERFIL DOS ACIDENTES GRAVES EM TRABALHADORES QUE ATUAM NA CONSTRUÇÃO CIVIL, NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA-MG (2013 a 2015)**

MAGALHÃES, Sílvia Fonseca[[1]](#footnote-1)

MENDES, Paulo Cezar[[2]](#footnote-2)

JESUS, Eleonora Henriques Amorim de[[3]](#footnote-3)

SANTOS, Flávia de Oliveira[[4]](#footnote-4)

**RESUMO:**

Este estudo objetivou analisar o perfil dos trabalhadores acidentados formais e informais que atuam na construção civil, no município de Uberlândia (MG), no período de 2013 a 2015. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem quali-quantitativa centrada na investigação dos acidentes de trabalho considerados graves. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros e artigos científicos pertinentes a temática, bem como levantamento e análise das notificações compulsórias de acidentes recebidas no SINAN e no CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador). Os resultados apontaram que os acidentes típicos têm maior incidência entre os trabalhadores com menor grau de escolaridade, sendo a ocupação de pedreiro a responsável pelo maior número de registros. Este estudo apontou ainda para a urgente necessidade de ampliação de projetos de esclarecimento e educação continuada no processo de segurança do trabalho em Uberlândia (MG).

**Palavras-chave**: acidente de trabalho, construção civil, Uberlândia-MG.

**ABSTRACT:**

This study aims to analyze the profile of injured workers both formal and informal working in construction, in the Municipality of Uberlândia (MG), in the period 2013 to 2015. This is an exploratory research, an approach quali-quantitative analysis focused on the investigation of workplace accidents considered serious. For both, research was carried out in literature books and scientific articles relevant to the topic, as well as a survey and analysis of penalty payments for accidents received on the SINAN and the CEREST (Reference Center in Occupational Health). The results indicate that the typical accidents have higher incidence among workers with lower educational level, being the occupation of a mason responsible for the largest number of records. This study also points to the urgent need for expansion projects for clarification and continuing education in the process of job security in Uberlândia (MG)...

**Keywords**: accident at work, civil construction, Uberlandia.

**INTRODUÇÃO:**

Os acidentes de trabalho são uma realidade na sociedade brasileira, representando, em sua grande maioria, um desafio para o governo, para as instituições, os patrões e para os trabalhadores.

De forma geral, acidente é um acontecimento inesperado e que afeta diretamente a execução de uma atividade, fazendo com que ela se atrase, não seja realizada da forma planejada ou até mesmo não seja realizada, incluindo desde uma colisão no trânsito, uma panela que cai no chão e quebra, uma planilha importante que é perdida por não ter sido salva corretamente.

Todas as atividades humanas estão sujeitas a ocorrência de acidente. Por este fato, os acidentes também estão presentes no mundo do trabalho. A Norma Brasileira de Cadastro de Acidentes (NB18) define acidente de trabalho como sendo “uma ocorrência imprevista e indesejável, instantânea ou não, relacionada com o exercício do trabalho, que provoca lesão pessoal ou de que decorre risco próximo ou remoto dessa lesão” (ABNT, 1975). Já a NBR 14280, que tem o título de Cadastro de acidente do trabalho – procedimento e classificação (ABNT, 2001), define acidente de trabalho como sendo “ocorrência imprevista e indesejável, instantânea ou não, relacionada com o exercício do trabalho, de que resulte ou possa resultar lesão pessoal”.

Para Zocchio (1996) o acidente de trabalho é “uma ocorrência não programada, inesperada ou não, que interrompe ou interfere no processo normal de uma atividade, ocasionando perda de tempo útil, lesões nos trabalhadores e ou danos materiais”.

Tanto a definição da NB18, como a de Zocchio (e da literatura em geral) se expressou bem, no sentido de que apresentou aspectos importantes do acidente de trabalho. Primeiramente o acidente de trabalho não acontece por maquinação direta do trabalhador, por parte da empresa ou por terceiros; ele não é planejado e nem previsto. Segundo aspecto é que o acidente esta ligado ao mundo do trabalho. E o terceiro aspecto é que o acidente de trabalho produz danos ao trabalhador. Tais aspectos são importantes para identificar o acidente de trabalho.

A definição de acidente de trabalho é importante para a compreensão de seus impactos na sociedade, embora alguns autores afirmem que as definições que as leis dão para este tipo de acidente tendem a dar enfoque numa cultura de reparação dos danos e perdas causadas após o acidente e não como forma preventiva de evita-lo, ou ao menos diminuir a sua incidência (LUCCA E FÁVERO, 1994).

Ao se referir ao acidente de trabalho, importante é considerar as classificações que os órgãos brasileiros fazem do mesmo. Para o Instituto Nacional de Seguro Social (BRASIL, 1991) os acidentes de trabalho são classificados em três: o acidente típico, o acidente de trajeto e o acidente devido a doença do trabalho.

O acidente típico é o que acontece quando o trabalhador está a desempenhar as atividades inerentes ao seu cargo ou função. O acidente de trajeto é o que acontece quando o trabalhador esta no trajeto de sua residência para o local de trabalho ou no trajeto inverso; do local de trabalho para a sua residência. O acidente devido a doença do trabalho é o acontecido por qualquer tipo de doença profissional peculiar, constando com uma lista própria na legislação brasileira. Embora não muito identificado ou estudado pelo meio acadêmico, a lei 8.213/91 estabelece o que seja acidente de trabalho devido a doença do trabalho em seu artigo 20 (INSS,1991):

Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

- doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

- doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

Quanto às consequências do acidente de trabalho, diversos autores fazem a divisão do mesmo em tipos diversos. Classicamente existem os acidentes de trabalho que ocasionam o afastamento do trabalhador por tempo determinado e o acidente de trabalho que não produz afastamento. Quanto ao acidente que gerou afastamento do trabalhador, este pode ser um afastamento que gerou a morte do mesmo, ou o afastamento que gerou uma incapacidade. Tal incapacidade pode ser permanente ou temporária. Tanto a incapacidade permanente como a incapacidade temporária pode ser total ou parcial.

No Brasil, o acidente de trabalho deve ser registrado através da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). A responsabilidade de fazer tal registro é da empresa onde o trabalhador possui o vínculo empregatício. Tal responsabilidade esta expressa na lei 8.213/91 com base na redação dada pela lei complementar 150 (Brasil, 2015):

Art. 22. A empresa ou o empregador doméstico deverão comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário de contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.

No entanto a legislação permite que o próprio acidentado, a família do mesmo ou até mesmo o médico possa fazer este registro oficial quando a empresa não o fizer, de acordo com o parágrafo dois do artigo 22 (Brasil, 1993):

§ 2º Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, não prevalecendo nestes casos o prazo previsto neste artigo.

Algo a se analisar referente ao CAT é o seu poder de fonte estatísticas para a prevenção de acidentes. Em suma, este documento deve ser preenchido em quatro vias, sendo uma via encaminhada para o INSS, outra via fica para o acidentado (ou seus familiares), outra via para o sindicado onde o trabalhador esta registrado e a outra via para a empresa, conforme especifica a Instrução Normativa do INSS número 45 (BRASIL, 2010). Porém o que acontece geralmente é que somente o INSS recebe a via. Tal atitude faz com que o registro dos casos de acidentes não seja corretamente registrado, ocasionando gargalos no sistema.

O registro da CAT se faz necessário porque será através dela que o trabalhador terá acesso ao seguro disponibilizado pela Previdência Social. A empresa é obrigada a registrar todos os acidentes de trabalho que a legislação coloca sob sua responsabilidade. Em caso de morte do trabalhador, a comunicação deve ser imediata.

Embora a obrigatoriedade do registro da CAT e as inúmeras alterações e atualizações que a legislação trabalhista tem passado nos últimos anos, a CAT apresenta algumas deficiências. A primeira deficiência da CAT é que ela não abrange todos os trabalhadores. Somente os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estão obrigados a terem o preenchimento da CAT quando o acidente acontecer. Os trabalhadores informais não são cobertos pelo sistema de seguridade social brasileira. Também é comum a falta de responsabilidade ao preencher a CAT; muitas vezes existe omissão de informações e até mesmo a presença de informações inconsistentes ou que não são legíveis. Talvez o problema maior da CAT seja que ela é usada simplesmente para fazer o controle dos que tem direito ao seguro previdenciário. Sendo ela destinada a Previdência Social, este órgão apenas utiliza as informações registradas para construir gráficos e tabelas e fazer o controle de benefícios.

Anualmente no Brasil acontecem milhões de casos de adoecimento ou de acidentes decorrentes do trabalho. O INSS tem divulgado informações que apontam para a média de 500 mil acontecimentos por ano. O Anuário da Saúde do Trabalhador (2015) informa que somente no ano de 2014 o INSS registrou a incidência de 556,6 mil pessoas afastadas de seu trabalho devido a acidentes de trabalho ou adoecimento laboral (328.207 afastamentos devido a acidente de trabalho típico, 47.504 afastamentos devido a acidentes de trajeto e 180.901 afastamentos devido à doença ocupacional). Se por um lado estes números são expressivos, não se pode colocar de lado o fato deles representarem apenas os que são devidamente registrados junto aos órgãos governamentais competentes.

Os acidentes no Brasil são acontecimentos que causam grande interferência na qualidade de vida da população. Em determinadas situações os acidentes podem não somente atingir intensamente a pessoa que foi vítima do mesmo, mas também toda a família. Os acidentes também têm um resultado negativo no âmbito econômico. E dentro dos diversos tipos de acidentes que rotineiramente acontecem no Brasil o acidente de trabalho e um dos que causam maiores impactos sociais e econômicos (Santana, 2006);

Estima-se que 4% do Produto Interno Bruto (PIB) sejam perdidos por doenças e agravos ocupacionais, o que pode aumentar para 10% quando se trata de países em desenvolvimento. No Brasil, com base no PIB do ano 2002, essas estimativas de perda ficariam entre US$ 21.899.480 e US$54.748.700 refletindo baixa efetividade das políticas e programas de prevenção de agravos à saúde no trabalho.

Com o aumento das demandas no setor de construção civil, não apenas no âmbito nacional, mas também no âmbito municipal, torna-se importante o estudo dos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana. Uma vez que o artigo 3º da Lei 8080/90, explicita o conceito de saúde:

[...] A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país.

O município de Uberlândia (MG) vem assumindo papel especial neste contexto, sobretudo quando se observa à implementação de notificações dos acidentes graves, que foi possível, pela atuação da equipe do CEREST. Pautada tanto na assistência aos trabalhadores acidentados, quanto na intervenção nos ambientes de trabalho potencialmente geradores de acidentes e doenças, o CEREST buscou também a capacitação e a conscientização de profissionais de saúde em relação à importância de se notificar os agravos em saúde do trabalhador, que possibilitou a melhoria da qualidade das informações destes acidentes.

Assim, este estudo objetivou analisar o perfil do trabalhador e os acidentes de trabalho ocorridos no setor da Construção Civil no município de Uberlândia, no triênio 2013/2015. Este estudo buscou ainda identificar dados dos trabalhadores do setor envolvidos em acidentes graves e sua análise como subsídios para contribuir na elaboração de políticas efetivas de prevenção, tendo em vista a diminuição da incidência dos acidentes graves na construção civil.

Uberlândia (MG) é um município da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais, na Região Sudeste do Brasil. Localiza-se a oeste da capital do estado, distando, desta, cerca de 537 quilômetros (IBGE, 2016).

Sua população, segundo estimativas do [Instituto Brasileiro de Geografia e](https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Brasileiro_de_Geografia_e_Estat%C3%ADstica) [Estatística](https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Brasileiro_de_Geografia_e_Estat%C3%ADstica) (IBGE), era de 669.672 habitantes em 2016, sendo o município mais populoso da região do [Triângulo Mineiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tri%C3%A2ngulo_Mineiro) e o segundo mais populoso de [Minas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Minas_Gerais) [Gerais](https://pt.wikipedia.org/wiki/Minas_Gerais), depois da capital, [Belo Horizonte](https://pt.wikipedia.org/wiki/Belo_Horizonte).

A [indústria](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ind%C3%BAstria), atualmente, é o segundo setor mais relevante para a economia uberlandense; R$ 2.729.956 bilhões de reais do PIB municipal são do valor adicionado bruto da indústria (setor secundário) (IBGE, 2016).

O município de Uberlândia (MG) é sede do Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador. Inaugurado em setembro 2005 de acordo com a RENAST – Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador - lei que regulamenta a criação e funcionamento de todos os CEREST. O mesmo possui em sua área de abrangência, 30 municípios inseridos na região do triangulo norte do estado.

O CEREST concede suporte a ações relacionadas à saúde do trabalhador, como vigilância, assistência, estabelecimento de nexo, encaminhamentos indicados a cada caso e, ainda, com educação permanente para trabalhadores da saúde que lidam diretamente com o trabalhador adoecido ou em risco de adoecimento.

As ações abrangem medidas de prevenção de agravos causados por condições adversas de trabalho em todos os segmentos, tendo também como um dos atributos desenvolver indicadores epidemiológicos nesta área, que permitam estabelecer prioridades de ações de intervenção nos ambientes de trabalho, como prevê a legislação brasileira, estadual e municipal.

O período de 2013 e 2015 foi definido levando em conta a atualidade dos dados e o maior empenho de toda a equipe multidisciplinar do CEREST em manter seu banco de dados atualizado. A escolha da atividade da construção civil se deveu por ser um setor que não apresenta estudos regionais tipificados e por apresentar estatísticas irregulares.

Diante do exposto, a problemática que orientou a pesquisa está delimitada nos seguintes questionamentos: qual a incidência de acidentes graves em trabalhadores formais e informais, que atuam na construção civil? Quais os principais acidentes graves ocorrem no decorrer dessa atividade laboral? Quais as contribuições do CEREST no processo investigatório dos acidentes notificados?

**MATERIAL E MÉTODOS:**

Para a realização deste trabalho, realizou-se criterioso levantamento bibliográfico na literatura científica, a partir da compilação de trabalhos publicados em revistas científicas e livros especializados.

No que se refere à sua natureza, trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem quali-quantitativa, por meio de dados levantados e analisados no que se refere à compreensão dos acidentes típicos graves ocorridos no âmbito da construção civil, no município de Uberlândia (MG), através das notificações compulsórias recebidas pelo CEREST, no período de 2013 a 2015. A investigação baseou-se em fontes múltiplas de evidências as quais constituíram dados secundários colhidos a partir da análise do ambiente de trabalho e das atividades desenvolvidas naquele local.

A pesquisa foi desenvolvida a partir do levantamento dos acidentes típicos graves em trabalhadores formais e informais, que atuam na construção civil. Tal levantamento visou identificar os dados sócio demográficos dos trabalhadores (sexo, faixa etária, situação no mercado de trabalho, escolaridade e ocupação). Foi realizada uma pesquisa documental buscando fontes como as Notificações Compulsórias de Acidentes Graves e Relatório de Investigação dos Acidentes típicos graves recebidos e investigados pelo CEREST de Uberlândia (MG).

A partir dos dados quantitativos foi realizada uma análise das informações encontradas, tendo em vista a avaliação das medidas de prevenção e controle dos fatores de riscos ambientais relacionados aos acidentes típicos graves emtrabalhadores da construção civil e como estas medidas devem ser construídas a partir da compreensão dos dados encontrados e das relações existentes entre o perfil do trabalhador e o acidente de trabalho. Como conclusão, será apresentada a indicação de ação propositiva no campo das políticas públicas de prevenção de acidentes de trabalho.

Para isto, foi considerado o acidente grave, também utilizado como critério de inclusão no banco de dados do SINAN, aquele que acarreta mutilação, física ou funcional, e o que leva à lesão cuja natureza implique em comprometimento extremamente sério e/ou preocupante; que pode ter consequências nefastas ou fatais. Soma-se ainda, a necessidade da existência de pelo menos um dos seguintes critérios objetivos:

1. necessidade de tratamento em regime de internação hospitalar;
2. incapacidade para as ocupações habituais, por mais de 30 dias;
3. incapacidade permanente para o trabalho;
4. enfermidade incurável;
5. debilidade permanente de membro, sentido ou função;
6. perda ou inutilização do membro, sentido ou função;
7. deformidade permanente;
8. aceleração de parto;
9. aborto;
10. fraturas, amputações de tecido ósseo, luxações ou queimaduras graves;
11. desmaio (perda de consciência) provocado por asfixia, choque elétrico ou outra causa externa;
12. qualquer outra lesão: levando à hipotermia, doença induzida pelo calor ou inconsciência; requerendo ressuscitação; ou requerendo hospitalização por mais de 24 horas.

Em relação ao critério de inclusão da pesquisa estão as Notificações de Acidentes Graves ocorridos no setor da indústria da construção civil no período de 2013 a 2015. Dentro dos critérios de exclusão estão as notificações de acidentes graves que não são do setor da indústria da construção civil no mesmo período.

Tais informações obtidas dão suporte para a tomada de decisões a partir do conhecimento do perfil do trabalhador da construção civil e adensamento de reflexões sobre a organização dos processos de trabalho e condições laborais relacionadas neste setor, de maneira a favorecer a efetivação de ações de promoção, prevenção e reabilitação.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

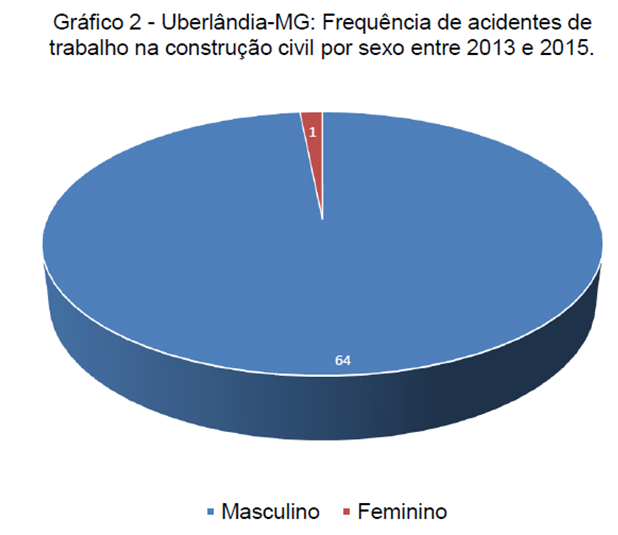
Baseando-se nas delimitações propostas por este estudo, foram consideradas um total de 65 ocorrências investigadas ocorridas no setor da construção civil de um número absoluto de 808 acidentes graves (entre 2013 e 2015) com o preenchimento de questionário detalhado sobre o mesmo. Os dados para a construção dos gráficos e tabelas foram retirados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINANNET).

O sistema SINANNET tem como objetivo coletar, transmitir e disseminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica das três esferas de Governo, por meio de uma rede informatizada, para apoiar o processo de investigação e dar subsídios à análise das informações de vigilância epidemiológica das doenças de notificação compulsória. Será a partir dos dados fornecidos pelo SINANNET que será feita a avaliação e as observações necessárias.

O universo de 65 ocorrências foi encontrado por ser este a quantidade de acidentes graves registrados pelo CEREST.



Os acidentes com homens representaram 98,46% e com mulheres 1,54%. Tal resultado está alinhado com as estatísticas nacionais e com o perfil do trabalhador da construção civil. A construção civil emprega mais trabalhadores do sexo masculino, por exigir maior esforço físico no desempenho das tarefas rotineiras (Gráfico 2).



Fonte: SINANNET, 2016. Org.: MAGALHÃES, S.F., 2017

Tabela 2 - Classificação da frequência de realização da ação nos acidentes na construção civil entre 2013 e 2015.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Frequência da atividade** | **Frequência** | **Percentual** |
| Infrequente | 5 | 7,69% |
| Nova | 1 | 1,54% |
| Rotineira | 59 | 90,77% |
| Total | 65 | 100,00% |

Fonte: SINANNET, 2016. Org.: MAGALHÃES, S.F., 2017.

As mulheres geralmente ocupam cargos de decisão (engenheiras, arquitetas), administrativas e de limpeza. Por este motivo, elas estão menos expostas a acidentes de trabalho neste setor. Também é importante ressaltar que a própria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu artigo 390 proíbe a contratação de mulheres para atividades que precisem de esforço muscular superior a 20 quilos para trabalho contínuo e 25 quilos para trabalho ocasional.

Pelos dados dispostos, percebe-se que a maior concentração de acidentes aconteceu com pessoas jovens: 30,77% tinham entre 20 e 29 anos. Se levar em consideração o limite de 49 anos, o percentual será de 75,38% de representatividade. Tal resultado demonstra que em sua maioria, os trabalhadores da construção civil são relativamente jovens, visto que a construção civil demanda esforço físico maior se comparado a outras atividades (Tabela 1).

Tabela 1 - Uberlândia-MG: Frequência de acidentes de trabalho na construção civil por faixa etária entre 2013 e 2015.equipamentos

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Faixa Etária** | **Frequência** | **Percentual** |
| 15 a 19 anos | 2 | 3,08% |
| 20 a 29 anos | 20 | 30,77% |
| 30 a 39 anos | 8 | 12,30% |
| 40 a 49 anos | 19 | 29,23% |
| 50 a 59 anos | 14 | 21,54% |
| 60 a 69 anos | 2 | 3,08% |
| Total | 65 | 100,00% |

Fonte: SINANNET, 2016. Org.: MAGALHÃES, S.F., 2017.

A faixa etária entre 15 e 19 anos apresentou duas ocorrências. Esse quadro chama a atenção para a eventualidade de que os trabalhadores sejam menores de 18 anos. A ocorrência de acidentes de trabalho com pessoas menores de 18 anos é algo muito grave, visto que a legislação trabalhista proíbe o trabalho de menores em locais e serviços perigosos, insalubres e penosos.

A concentração de acidentes entre os trabalhadores abaixo dos 50 anos pode ser explicada pelo fato de que com a idade existe naturalmente a perda de agilidade, onde as tarefas quotidianas são feitas de uma forma mais lenta e com maior atenção.

Os dados presentes na Tabela 2 demonstram que mais da metade (52,31%) dos trabalhadores que sofreram acidente de trabalho na construção civil estavam com a carteira de trabalho assinada. Chama a atenção à quantidade de trabalhadores que se declararam como autônomos (43,07%). Tal situação pode ser explicada pela atual crise que o Brasil tem enfrentado nos últimos anos, fazendo com que muitos trabalhadores optem por se tornarem trabalhadores autônomos.

A pesquisa apresentou apenas 1 acontecimento de acidente com trabalhador não registrado (o que corresponde a 1,54%). Porém tal resultado deve ser analisado com maior especificidade. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (2015) indicam que os casos reais de adoecimento e acidentes no ambiente de trabalho são superiores a 50% do que os registrados oficialmente.

Tabela 2 - Uberlândia-MG: Frequência de acidentes de trabalho na construção civil por situação no mercado de trabalho entre 2013 e 2015.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Situação no mercado de trabalho** | **Frequência** | **Percentual** |
| Autônomo | 28 | 43,07% |
| Empregado não registrado | 1 | 1,54% |
| Empregado registrado com carteira assinada | 34 | 52,31% |
| Servidor público celetista | 1 | 1,54% |
| Trabalhador avulso | 1 | 1,54% |
| Total | 65 | 100,00% |

Fonte: SINANNET, 2016. Org.: MAGALHÃES, S.F., 2017.

Estudos e pesquisas feitas pelo Ministério da Previdência Social (2016) apontam para números assustadores: a concretude de registro de incidentes previdenciários em algumas regiões brasileiras é de uma cobertura de 30% a 40% dos acidentes de trabalho. Tal é a opinião de Gonçalves e Ramos (2010), que apresentam pesquisas realizadas no interior do estado de São Paulo e Bahia. Se os dados já são altos quando se levam em consideração os registros formais, a ocorrência de um percentual significativo de acidentes que não são notificados só contribui para agravar o problema que representa os acidentes de trabalho. A falta de registro de acidentes de trabalho na construção civil também pode ser uma realidade, onde muitos trabalhadores não registram o acidente de trabalho ocorrido na construção civil.

Mais da metade dos trabalhadores que sofreram acidente tem até o primeiro grau completo (58,46%). Dentre estes, sobressai o percentual de 38,46% que são os que têm o primeiro grau incompleto. As atividades da construção civil, não exigem do trabalhador uma escolaridade alta, visto que geralmente as atividades são mais braçais do que intelectuais. Há de se excluir deste prognostico os cargos de administração e chefia (arquitetos, engenheiros). Porém, como já exposto neste artigo, estes cargos estão mais protegidos contra os acidentes de trabalho (Tabela 3).

Na construção da Tabela 3, optou-se por utilizar a mesma nomenclatura presente na ficha do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Nesta nomenclatura, o termo “primeiro grau” corresponde ao atual “ensino fundamental” e o termo “segundo grau” corresponde ao atual “ensino médio”.

Interessante é relacionar a situação no mercado de trabalho com o grau de escolaridade (Tabela 2 e Tabela 3). Os dados encontrados corroboram o que já se esperava: trabalhadores autônomos provavelmente optam por esta situação não por causa de sua personalidade empreendedora, mas pela dificuldade encontrada em se alocar no mercado de trabalho como funcionários devido a sua baixa escolaridade.

Tabela 3 - Uberlândia-MG: Frequência de acidentes de trabalho na construção civil por escolaridade entre 2013 e 2015.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Escolaridade** | **Frequência** | **Percentual** |
| Analfabeto | 2 | 3,08% |
| 1º Grau incompleto | 25 | 38,46% |
| 1º Grau completo | 11 | 16,92% |
| 2º Grau incompleto | 11 | 16,92% |
| 2º Grau completo | 9 | 13,85% |
| Superior completo | 1 | 1,54% |
| **Total** | **65** | **100,00%** |

Fonte: SINANNET, 2016. Org.: MAGALHÃES, S.F., 2017.

Os próprios números do Anuário da Saúde do Trabalhador (2015) demonstra que os acidentes típicos têm maior incidência entre os trabalhadores com menor grau de escolaridade. Embora os dados apresentados pelo Anuário não façam uma segmentação por setores (não sendo possível obter os dados específicos da construção civil), percebe-se que no setor da construção civil também acontece o mesmo.

A maior incidência de acidentes aconteceu com a ocupação de pedreiro (35,38%). Primeiramente é importante ressaltar que esta é uma profissão normalmente encontrada na construção civil. Outro ponto a considerar é que a ocorrência entre os pedreiros foi consideravelmente muito maior do que na ocupação de serventes de obras (1,54%) (Tabela 4).

Quando se observa a Tabela 4, com a apresentação dos acidentes de trabalho com a ocupação do funcionário, importante estabelecer que se considerou o desmembramento entre a ocupação de pedreiro e servente. Para alguns, a partir de três meses como servente, a ocupação se torna automaticamente como pedreiro. No entanto, optou-se por continuar com a mesma classificação de ocupação que consta nas fichas de investigação, levando em consideração apenas a auto definição do trabalhador.

Requer um estudo mais aprofundado para verificar se a ocorrência de acidente de trabalho grave com pedreiros não é devido a falta da utilização de EPI.

Tabela 4 - Uberlândia-MG: Frequência de acidentes de trabalho na construção civil por ocupação entre 2013 e 2015.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ocupação** | **Frequência** | **Percentual** |
| Ajudante carga e descarga | 1 | 1,54% |
| Ajudante geral | 1 | 1,54% |
| Auxiliar de fundição | 1 | 1,54% |
| Auxiliar servente | 1 | 1,54% |
| Carpinteiro | 4 | 6,14% |
| Eletricista | 2 | 3,08% |
| Encanador | 1 | 1,54% |
| Encarregado de obra | 1 | 1,54% |
| Gerente de produção | 1 | 1,54% |
| Marceneiro | 7 | 10,76% |
| Modelador | 1 | 1,54% |
| Montador | 1 | 1,54% |
| Operador de empilhadeira | 1 | 1,54% |
| Operador de máquina fixa | 1 | 1,54% |
| Operador de maquinas | 2 | 3,08% |
| Operador de marrueiro | 1 | 1,54% |
| Pedreiro | 23 | 35,38% |
| Pintor | 2 | 3,08% |
| Serralheiro | 2 | 3,08% |
| Servente | 2 | 3,08% |
| Servente de obras | 1 | 1,54% |
| Soldador | 4 | 6,14% |
| Tratorista | 2 | 3,08% |
| Tubuleiro | 1 | 1,54% |
| Total | 65 | 100,00% |

Fonte: SINANNET, 2016. Org.: MAGALHÃES, S.F., 2017.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

O perfil do trabalhador que sofreu acidente grave na construção civil entre 2013 e 2015 é basicamente o trabalhador do sexo masculino, com carteira assinada, jovem e com baixa escolaridade. Quando se analisa a ocupação do trabalhador acidentado na construção civil, sobressai a ocupação de pedreiro. Contudo, tal constatação exigirá uma investigação mais apurada posteriormente, pois em pesquisas com abordagens similares foram encontradas outras ocupações como sendo as de maior incidência de acidentes graves.

Uma reflexão apurada permite chegar a conclusão de que embora se tenha um conhecimento da baixa instrução e escolaridade de grande maioria dos trabalhadores envolvidos em acidentes típicos graves e a concentração em determinadas ocupações (com mais trabalhadores envolvidos), de modo geral a partir do ano de 2013 foi identificado uma considerável melhora na prevenção e vigilância nos ambientes de trabalho, graças a atuação intersetorial entre o CEREST, o Ministério Público do Trabalho e os sindicados da categoria.

Tal melhora, apresenta uma dinâmica contínua, fazendo com que ações determinantes fossem tomadas a partir do ano de 2013 (seminários que discutiam as problematizações, elaboração de cartilhas direcionadas para os responsáveis das obras, intensificação das ações de vigilâncias nos ambientes de trabalho dentre outras ações).

Dado a importância do assunto e os dados coletados, torna-se necessário a ampliação de projetos de conscientização e educação continuada no processo de segurança do trabalho. O emprego de oficinas dinâmicas, apresentando temas correlatos a segurança do trabalho, principalmente com adaptação para os trabalhadores informais e de baixa escolaridade pode ser uma alternativa de ação para se diminuir os casos de acidentes de trabalho na construção civil no município de Uberlândia.

**REFERÊNCIAS:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Cadastro de acidentes: NB**

1. Rio de Janeiro, 1975.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Cadastro de acidente do trabalho - procedimento e classificação: NBR 14280**. São Paulo, 2001.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho.** Brasília, 1943. Disponível em

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>>. Acesso em 01 dez. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília. 1988.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Comunicação de Acidente de Trabalho.** Brasília, 2016. Disponível em [<http://www.pre](http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-)v[idencia.gov.br/servicos-ao-](http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-) cidadao/todos-osservicos/comunicacao-de-acidente-de-trabalho/>. Acesso em 01 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Lei que estabelece diretrizes para o Sistema Único de Saúde.** Disponível em

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>>. Acesso em 09 dez. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho.** Brasília. 2015. Disponível em

<ftp://ftp.mtps.gov.br/portal/acesso-a-informacao/AEAT201418.05.pdf>. Acesso em 01 dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991. Lei que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.** Disponível em

<https:/[/www.plan](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213compilado.htm)a[lto.gov.br/ccivil\_03/Leis/L8213compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213compilado.htm)>. Acesso em 27 nov. de 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 150, de primeiro de junho de 2015. Lei que dispõe sobre o trabalho doméstico.** Disponível em

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm#art37>>. Acesso em 23 nov. de 2016.

GONÇALVES FILHO, Anastácio Pinto; RAMOS, Magna Fernandes. **Trabalho decente e segurança do trabalhador: análise dos acidentes de trabalho na Bahia no período de 2005 a 2009.** Bahia Análise & Dados, Salvador, SEI, v.2/3, jul./set., 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em síntese:**

**Uberlândia em panorama**, 2016. Disponível em

<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em 01 dez. de 2016.

LUCCA, S. R.; FÁVERO, M. **Os acidentes do trabalho no Brasil – algumas implicações de ordem econômica, social e legal.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, n.81, p. 21-31, jan./mar. 1994.

O TEMPO. **Moradia e transporte são desafios de Uberlândia, 2ª maior cidade de MG.** 20 de julho de 2016. Disponível em

<<http://www.otempo.com.br/hotsites/elei%C3%A7%C3%B5es-> 2016/desafios/moradia-e-transporte-s%C3%A3o-desafios-de-uberl%C3%A2ndia- 2%C2%AA-maior-cidade-de-mg-1.1340384>. Acesso em 5 de dez. 2017.

SANTANA, Vilma Souza, et al. **Acidentes de trabalho: custos previdenciários e dias de trabalho perdidos.** Salvador, jul/2006. Disponível em

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/4839/1/07.pdf>. Acesso em 01 dez. 2016.

ZOCCHIO, A. **Prática de prevenção de acidentes: ABC da segurança de trabalho.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

1. Fisioterapeuta, Mestre em Saúde Ambiental e Saúde do trabalhador, fmsilvia@uol.com.br [↑](#footnote-ref-1)
2. Geógrafo, Doutor em Geografia, Professor do IG/UFU, [pcmendes@ig.ufu.br](mailto:pcmendes@ig.ufu.br) (orientador) [↑](#footnote-ref-2)
3. Bióloga, Doutoranda em Fisiopatologia Experimental, FMUSP, eleonora.amorim@usp.br [↑](#footnote-ref-3)
4. Docente do instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá/ IFAP; flavia.santos@ifap.edu.br [↑](#footnote-ref-4)